

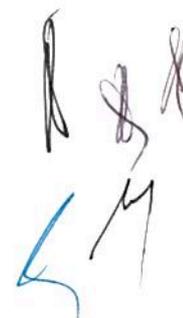
viznagua

Empresa de Água e Saneamento
de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Relatório e Contas

2011

Índice



Índice	1
Mensagem do Presidente	2
Principais Indicadores	4
Estrutura Organizacional	5
Corpos Sociais.....	5
Estrutura orgânica	7
Estratégia Empresarial	8
A Empresa.....	8
Enquadramento Sectorial.....	10
Missão, Visão e Valores	11
Política da Qualidade, Ambiente e Segurança	11
Comunicação e Educação	13
Áreas de Atividade	15
Investimento	24
Recursos Humanos	26
Desempenho Económico e Financeiro.....	28
Perspetivas Futuras	33
Proposta de Aplicação de Resultados	36
Considerações Finais.....	37
Demonstrações financeiras	38
Balanço em 31 de dezembro de 2011.....	39
Demonstração de resultados por naturezas	41
Demonstração das alterações no capital próprio	42
Demonstração de fluxos de caixa.....	44
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	45

Mensagem do Presidente

A atividade da Vimágua no decurso do ano de 2011 caracteriza-se por um desempenho económico e financeiro francamente positivo, com um resultado operacional de 2.290.306 euros e um resultado líquido do exercício de 1.026.642 euros.

Os objetivos traçados no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais - PEAASAR II 2007-2013, assim como o Contrato de Gestão da Vimágua continuam a ser as referências que orientam a nossa atividade, designadamente, a universalidade tendencial do serviço de águas, a continuidade e a qualidade, a sustentabilidade e a proteção dos valores ambientais.

No que respeita à universalidade tendencial do serviço, importa salientar que em resultado do esforço de investimento contínuo da Vimágua, os municípios de Guimarães e Vizela, não obstante a dispersão urbanística que os caracteriza, apresentam no final de 2011 níveis de cobertura em água de 97,6%, claramente superior aos 95% propostos pelo PEAASAR, e em saneamento de 89,2%, ligeiramente aquém dos 90% recomendados, para o final de 2013.

Assim, dos 75.773 alojamentos existentes em Guimarães e Vizela, 73.958 têm acesso à rede de água e 67.560 à rede de saneamento.

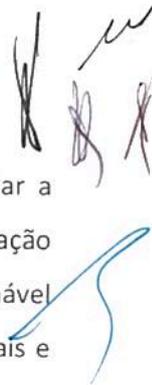
Por forma a cumprir o objetivo da universalidade do serviço a Administração decidiu, oportunamente, constituir uma carteira de projetos de execução para extensão de redes para todas as freguesias, estando 22 projetos de execução concluídos, 28 projetos adjudicados e 21 em fase de conclusão de cadernos de encargos.

A existência de projetos de execução é um requisito essencial para a apresentação de candidaturas a fundos comunitários. Saliente-se que, em resultado do pedido de reprogramação do QREN pelo Governo Português à União Europeia, durante 2011 não foram abertos avisos para apresentação de quaisquer candidaturas, o que condicionou a execução da globalidade dos investimentos previstos.

Pese embora a ausência de financiamento a fundo perdido, foram lançadas várias empreitadas de expansão, remodelação de redes e de ligação de redes em baixa aos interceptores do sistema de saneamento em alta, cuja entrada em funcionamento se prevê para o segundo trimestre de 2012.

Na sequência da assinatura do contrato de concessão com o Estado, foi elaborado, para subsequente aprovação pela Administração da Região Hidrográfica do Norte I.P. (ARH-Norte), o estudo de delimitação do perímetro de proteção das captações, com o objetivo de prevenir e reduzir o risco de contaminação da origem de água, estabelecendo as atividades interditas na zona de proteção imediata, bem como, as interdições e condicionantes para a zona de proteção alargada.





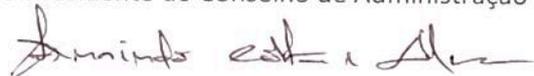
Com o propósito de assegurar a continuidade do serviço de abastecimento de água e aumentar a capacidade instalada de captação e tratamento, foi adjudicado o projeto de remodelação e ampliação da estação de tratamento de água de Prazins St.^a Eufémia, investimento estruturante e incontornável para o cumprimento rigoroso dos exigentes parâmetros de qualidade e para a satisfação dos atuais e futuros consumidores.

Verificou-se uma alteração na estrutura societária da Vimágua resultante da venda das ações da Cooperativa Eco-Ave ao Município de Guimarães e a substituição do Dr. Pedro Roque, no Conselho de Administração, pelo Dr. Octávio Santos, motivada pela incompatibilidade com as funções de membro da Assembleia Municipal resultante da alteração ao regime jurídico do setor empresarial local.

Importa, neste momento, salientar a dedicação e o contributo excecional do Dr. Pedro Roque no desenvolvimento do projeto Vimágua desde 2003.

Por último, em face dos resultados positivos alcançados em 2011, num período de conjuntura económica e financeira particularmente difícil, a Administração propõe-se manter uma gestão rigorosa dos recursos disponíveis, candidatar os projetos de execução ao POVT, para obtenção de comparticipação que permita materializar os objetivos consignados no Contrato de Gestão e Plano Plurianual de Investimentos.

O Presidente do Conselho de Administração



Armindo Costa e Silva

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2010	2011
BALANÇO		
CAPITAL REALIZADO	500.000	500.000
CAPITAL PRÓPRIO	26.146.362	26.595.331
PASSIVO	36.222.949	36.908.555
ACTIVO	62.369.311	63.503.886
CAPITAL PRÓPRIO / ACTIVO, %	41,92%	41,88%
INVESTIMENTO	3.036.246	1.584.260
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % ¹	3,51%	3,86%
RENTABILIDADE DO ACTIVO, % ²	1,47%	1,62%
CONTA DE EXPLORAÇÃO		
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	14.535.457	15.129.437
PROVEITOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	14.559.437	15.139.549
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	4.932.279	5.202.452
em % do Volume de Negócios	33,93%	34,39%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	2.072.465	2.299.825
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	817.057	852.489
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	917.938	1.026.642
CASH-FLOW	3.777.752	3.929.569
ACTIVIDADE		
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	7.281.502	6.871.174
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	59.078	60.276
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2
N.º TRABALHADORES	149	161
CLIENTES/TRABALHADORES	396	374

¹Resultado líquido / Capital próprio

²Resultado líquido / Activo total

Estrutura Organizacional

Corpos Sociais

Na sequência das eleições autárquicas realizadas no dia 11 de Outubro de 2009, foram designados os corpos sociais da Vimágua para o período coincidente com o mandato autárquico.

O Conselho de Administração iniciou funções desde o dia 2 de Novembro de 2009, composto pelos seguintes membros:

- Presidente:** Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;
- 1.º Vogal:** Alberto Fernando Lopes da Silva Machado, Vereador da Câmara Municipal de Vizela e designado sob proposta do Município de Vizela;
- 2.º Vogal:** Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, designado sob proposta do Município de Guimarães, cessou funções em 17 de Novembro de 2011.

Na sequência da renúncia ao cargo por parte do segundo vogal iniciou funções no Conselho de Administração da empresa, em 9 de Dezembro de 2011, um novo membro indicado pelo Município de Guimarães e designado em Assembleia Geral da Vimágua:

- 2.º Vogal:** Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência, acumulando as competências previstas para o cargo de Diretor-geral nos regulamentos e documentos de organização e carreiras da Vimágua.

O Presidente do Conselho de Administração, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, esteve ausente por motivos de saúde, tendo sido substituído, nesse período e por indicação do Município de Guimarães pelo Vereador e Vice-presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Domingos Bragança Salgado.

A substituição em regime de não permanência foi decidida pela Assembleia Geral da Vimágua em 11 de Novembro de 2011, pelo facto de nos termos dos Estatutos da empresa, designadamente o n.º 2 do artigo 21.º, não ser possível o funcionamento do Conselho de Administração sem a presença de todos os seus membros.

A **Mesa da Assembleia-geral**, até à saída da cooperativa Eco-Ave do capital social da empresa, foi presidida pelo Município de Guimarães, representado pelo respetivo Presidente, António Magalhães da

Silva, e teve como vogais o Presidente da Câmara Municipal de Vizela, Dinis Manuel da Silva Costa, e o representante da Eco-Ave, Carlos Alberto Costa Caldas Ribeiro.

Por contrato de compra e venda celebrado no dia 29 de Dezembro de 2011, a Eco-Ave vendeu ao Município de Guimarães as 2.500 ações da Vimágua.

A Assembleia Geral da Vimágua, por deliberação de 17 de Novembro de 2011, aprovou nos termos do artigo 10.º dos Estatutos, o consentimento da sociedade à alienação das ações.

Em 2011, a Assembleia-geral realizou as duas sessões ordinárias previstas nos Estatutos. A 29 de Março, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2010, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa. Na sessão ordinária, realizada a 17 de Novembro, foi aprovado o *Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2012*, o *Tarifário 2012* e uma proposta de alteração ao Regulamento dos sistemas públicos e prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais.

Neste exercício realizaram-se três sessões extraordinárias:

- 11 de Novembro de 2011, tendo como ponto único a substituição temporária do Presidente do Conselho de Administração;

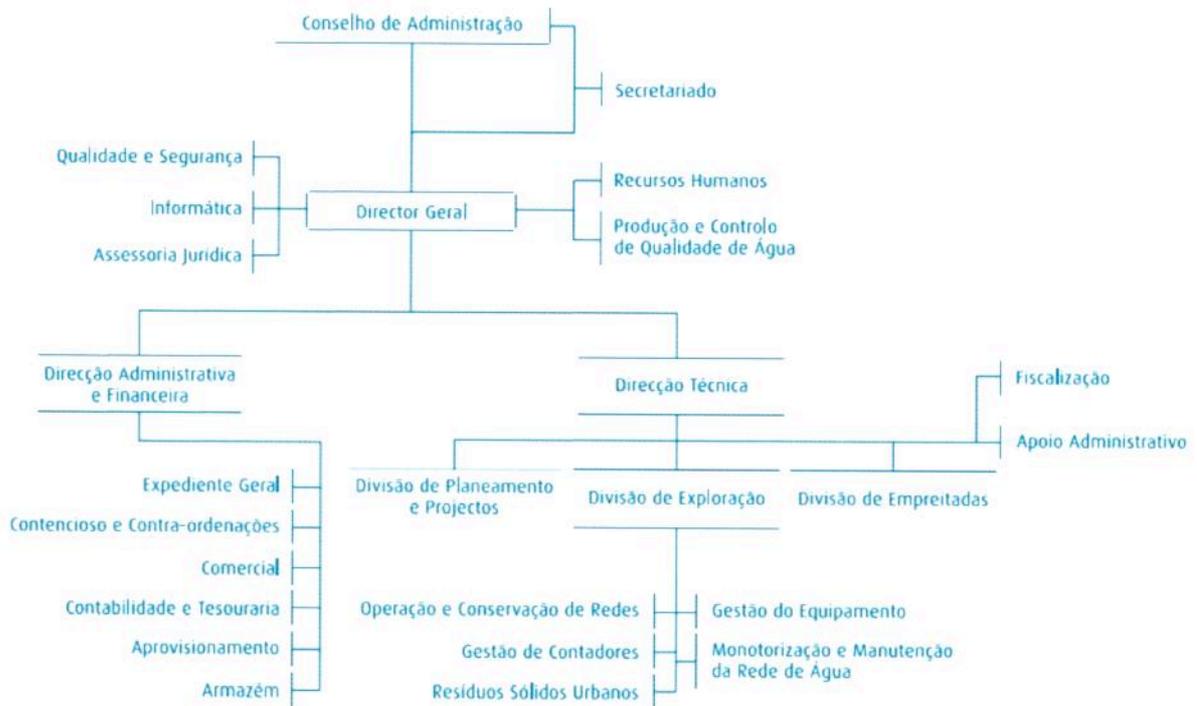
- 17 de Novembro de 2011, tendo como ponto único a proposta de aquisição pelo Município de Guimarães das ações da Eco-Ave na Vimágua;

- 9 de Dezembro de 2011, tendo como ponto único a nomeação do segundo vogal do conselho da administração, após a renúncia ao cargo pelo anterior vogal, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo.

A Fiscalização da empresa mantém-se a cargo da sociedade Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, representada por António de Jesus Pereira.

Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



Estratégia Empresarial

A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes. Em 28 de Dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

Identificação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505 993 082

Capital Social e Prestações Suplementares:

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

Acionistas:

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações

Âmbito geográfico

A VIMÁGUA atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.




Guimarães 241,3 km²

Vizela 24,7 km²

TOTAL 266 km²

Objetivos Estratégicos

A 2 de Abril de 2008, foi celebrado entre a Vimágua e os Municípios participantes o *Contrato de Gestão*, para cumprimento das exigências legais do regime jurídico do sector empresarial local e determinação objetiva e concreta de orientações estratégicas dos Municípios em relação à empresa, atenta a sua natureza de entidade gestora encarregada da gestão de serviço de interesse geral.

O presente Contrato de Gestão, cuja finalidade é regular os direitos e deveres estabelecidos entre os Municípios e a Vimágua, reajustando e reequilibrando, assim, em termos económicos, a relação existente, por forma a tornar viável a atividade da Vimágua, define de forma clara os objetivos da sua atividade:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços contratados neste Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela, os quais têm um inegável interesse geral.
- b) Proteger os municípios, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível de distribuição e drenagem de águas.
- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.
- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
- e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do sector público.
- f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.

Os objetivos estratégicos definidos para a atuação da Vimágua visam, também, o cumprimento das metas traçadas pelo PEASAR II 2007-2013, o qual, como pode ler-se no Preâmbulo do Despacho Ministerial que o aprovou, “define objetivos e propõe medidas de otimização de gestão nas vertentes em alta e em baixa e de otimização do desempenho ambiental do sector (...) Visa, assim, a minimização das ineficiências dos sistemas numa perspetiva de racionalização de custos a suportar pelas populações, estabelece os modelos de financiamento e as linhas de orientação da política tarifária e define a reformulação do enquadramento legal e do modelo regulatório necessário à sua eficácia.”

Assim, de acordo com o referido documento, são definidos três grandes objetivos estratégicos e as respetivas orientações que devem enquadrar os objetivos operacionais e as medidas a desenvolver no período 2007-2013, designadamente:

i – A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço;

ii – A sustentabilidade do sector; e

iii – A proteção dos valores ambientais.

Estes princípios vertem-se nos documentos estratégicos aprovados pelos órgãos da Vimágua e pelos Municípios de Guimarães e Vizela.

Enquadramento Sectorial

Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este novo quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

O desenvolvimento desta regulamentação que impõe adaptações com alguma profundidade à Vimágua, algumas já implementadas, designadamente, ao nível da faturação e relacionamento com os utentes, pode vir a implicar um acréscimo de encargos para a empresa com impactos económicos e financeiros.

Além das condicionantes impostas pelo novo sistema de regulação do sector, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira;
- A variação dos custos energéticos, sendo o principal fator crítico, na atual conjuntura, o preço do petróleo;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;
- As verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.

Missão, Visão e Valores

Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um **serviço de qualidade**, orientado por **princípios de eficácia de gestão**, sem descurar, porém, a **defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente**.

Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no sector, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais

Valores

Cliente ⇒ Satisfação do cliente, como centro da atividade e da gestão da Vimágua.

Saúde pública ⇒ Contribuição para a promoção da saúde pública.

Ambiente ⇒ Respeito e salvaguarda dos valores de ordem ambiental.

Transparência ⇒ Transparência, na relação com clientes, colaboradores, sócios e demais entidades.

Rigor ⇒ Rigor como regra geral de adequação e base de decisão.

Política da Qualidade, Ambiente e Segurança

A certificação do Sistema de Gestão integrada da Qualidade e Segurança, obtida em 2006, é um indicador objetivo da preocupação da Vimágua em prestar, de forma transparente, um conjunto de serviços de primeira necessidade, fiáveis e de manifesta qualidade.

É importante que uma entidade de acreditação tenha reconhecido o mérito do sistema de gestão da Vimágua, resultando num acréscimo de confiança no produto e serviços da empresa.

No que à gestão da qualidade concerne, a satisfação plena das necessidades e expectativas dos nossos Clientes é um fator determinante na nossa atuação como prestadores de um serviço público e um princípio fundamental do Sistema de Gestão da Qualidade desenvolvido e implementado.

Em matéria de Segurança, a avaliação sistemática dos riscos associados às nossas atividades, produtos e serviços, aliada à definição e implementação das melhores práticas e de um rigoroso cumprimento da legislação em vigor, contribuem para a promoção de boas condições de Segurança e Saúde.

de auditorias, definido para 2011nte o 1º semestre do ano de 2012Realizou-se, em 2011, a auditoria de Renovação do Sistema de Gestão Qualidade e Segurança pelo organismo certificador, tendo sido implementadas todas as ações corretivas identificadas.

Foram identificadas 3 não conformidades menores, 2 em segurança e 1 em qualidade e 18 ações de melhoria (12 Q)

O desempenho ambiental da Vimágua encontra-se fortemente relacionado com a implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Tendo em consideração os aspetos que a seguir descrevemos, consideramos que o desempenho tem vindo a melhorar.

A Vimágua definiu a metodologia de identificação e avaliação dos aspetos e impactes ambientais, encontrando-se neste momento na fase final da avaliação da significância dos impactes ambientais associados.

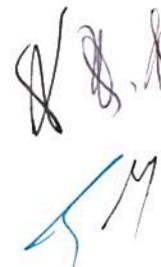
No seguimento desta avaliação foram definidos modos de controlo, como por exemplo, a gestão de resíduos e a gestão de recursos (consumos), que se encontram para aprovação, tendo alguns aspetos de foro legal vindo a ser paulatinamente implementados.

A avaliação da conformidade legal encontra-se praticamente concluída.

Numa perspetiva de envolver todos os colaboradores da VIMAGUA na implementação do SGA e na melhoria contínua do desempenho ambiental, encontra-se planeada a realização de formação de sensibilização ambiental a iniciar durante o mês de Fevereiro de 2011.

Contrariamente ao inicialmente previsto, não foram estabelecidos objetivos em 2011 de foro ambiental, considerando-se como objetivo genérico a implementação do sistema. Contudo para o ano de 2012, vão ser estabelecidos objetivos e programas de gestão ambiental, durante o 1º trimestre.

A Vimágua pretende, com este novo desafio da certificação ambiental, garantir, de forma sustentada, o compromisso da Qualidade de Serviço ao Cliente, preservando o Ambiente e a Segurança.



Comunicação e Educação

Educação/Responsabilidade Social

Esta é uma área em que a Vimágua tem vindo a apostar, quer com a promoção da atividade pedagógico-didática do Centro de Aprendizagem sobre Água, situado na Estação de Tratamento de Água de Santa Eufémia de Prazins, quer com o desenvolvimento de ações pontuais dirigidas à comunidade, em especial à comunidade escolar.

Assim, durante o ano de 2011, o Centro de Aprendizagem sobre Água recebeu a visita de várias escolas, nomeadamente, as pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Vizela, que desde a inauguração deste espaço não deixam de, todos os anos, marcar presença.

O Dia Mundial da Água 2011 foi assinalado com a visita às seguintes escolas:

- I. Escola Secundária Martins Sarmento
- II. Escola Básica e Secundária de Infias- Vizela
- III. Escola EB 2,3 Santos Simões
- IV. Escola EB 2,3 Abel Salazar de Ronfe

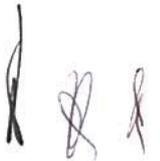
Este dia esteve subordinado ao tema: Água para as cidades: Respondendo aos desafios urbanos.

Nesta sequência a Vimágua produziu uma apresentação intitulada “Desafios Presentes e Futuros na gestão da Água”, que dinamizou junto das escolas, tomando como exemplo a realidade concreta dos concelhos de Guimarães e Vizela, tendo em vista alertar a população para a adoção de práticas racionais no consumo de água, em favor da sustentabilidade dos recursos hídricos, e informar para a importância do consumo de uma água segura, como forma de salvaguardar a saúde individual e coletiva.

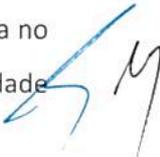
No dia 2 de Junho de 2011, a Vimágua participou na palestra “Ambiente e Sustentabilidade” organizada pela Escola Secundária Martins Sarmento e Câmara Municipal de Guimarães, dando a conhecer a sua atividade, pautada por boas práticas ambientais, tendo com principal objetivo a sustentabilidade quer da exploração dos recursos hídricos, decorrentes de uma eficiente gestão do ciclo urbano da água.

Ainda em 2011, lançamos a campanha “Ligue à rede pública, proteja a sua saúde”, em parceria com o Agrupamento de Centros de Saúde (Aces) de Guimarães/Vizela, como forma de favorecer a ligação aos sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais, que tem estado aquém do potencial já instalado, em termos de infraestruturas.

Paralelamente, foi, também, enviado, a todos os nossos utentes, um adicional à fatura da água, revestindo a forma de um prospeto, cujo conteúdo remete para a importância do consumo de uma água segura, fazendo um apelo direto à ligação ao sistema público de abastecimento de água e bem assim elencando um conjunto de boas práticas na utilização do sistemas públicos, em particular do sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais.



A Vimágua tem assente a sua estratégia de comunicação no favorecimento da sustentabilidade do serviço, para tal selecionou como parceira a Unidade de Saúde Pública de Guimarães/Vizela, inserida no Agrupamento de Centros de Saúde de Guimarães/Vizela (ACES) , cuja atividade é transversal à atividade da Vimágua, potenciando-se óbvias sinergias para um objetivo que é comum: a promoção da saúde.



Desta parceria resultarão um conjunto de iniciativas que se pretendem direcionadas e continuadas, com vista ao cabal esclarecimento da população em relação às vantagens de adesão aos sistemas públicos, prosseguindo na dialética água e saúde pública.

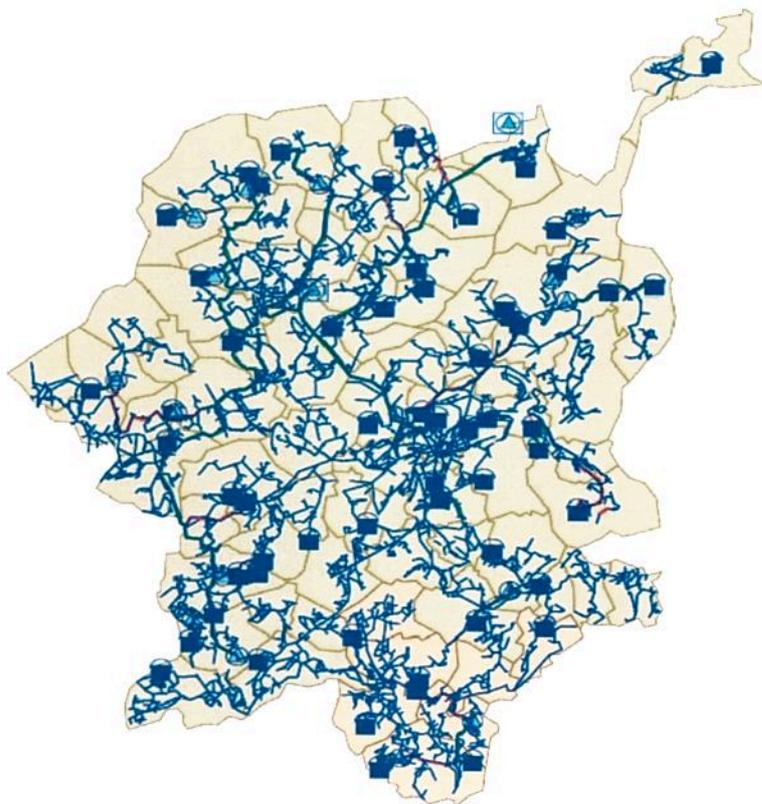
Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo da Água em que a Vimágua tem intervenção - captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e drenagem e tratamento de águas residuais - foi orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade

É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos proveitos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus custos operacionais.

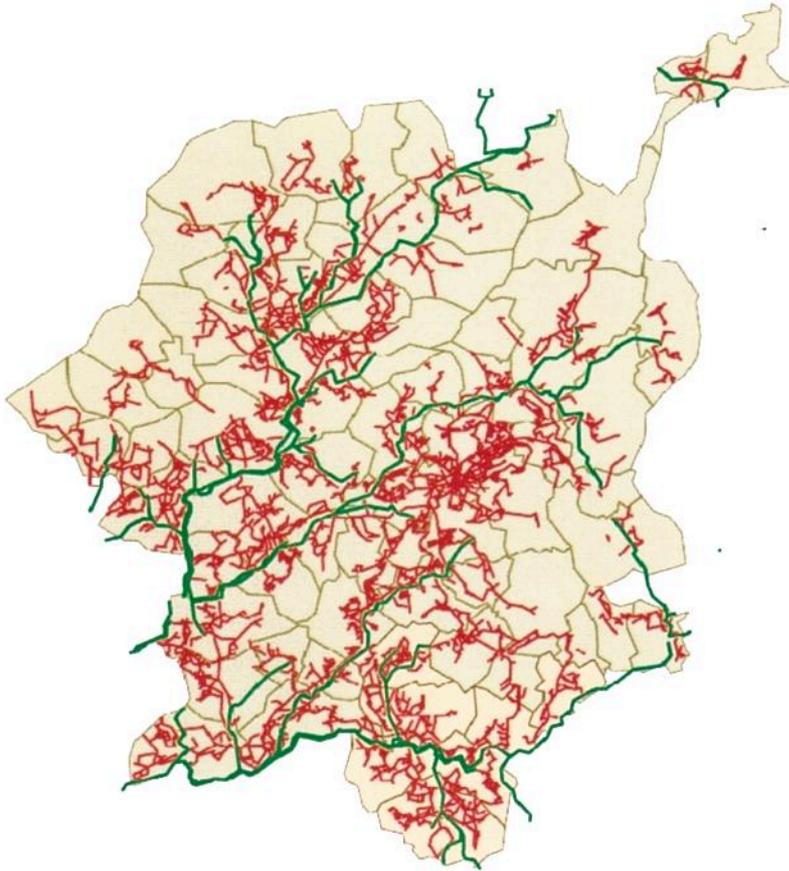
Infraestruturas do sistema de abastecimento de água

- 2 Estações de Tratamento de Água (ETA)
- 1360 Km de condutas de água (inclui adução e distribuição)
- 63 Reservatórios
- 18 Estações elevatórias
- 12 Hidropressores
- 7 Postos de rechloragem



Infraestruturas do sistema de saneamento de águas residuais

- 786 Km de condutas de saneamento de águas residuais
- 41 Estações elevatórias

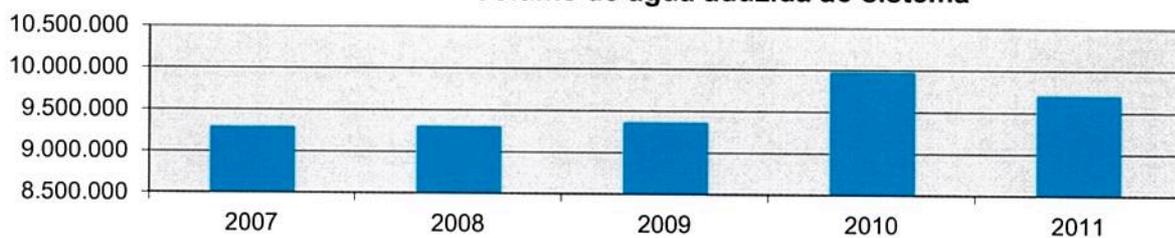


Produção e Distribuição de Água

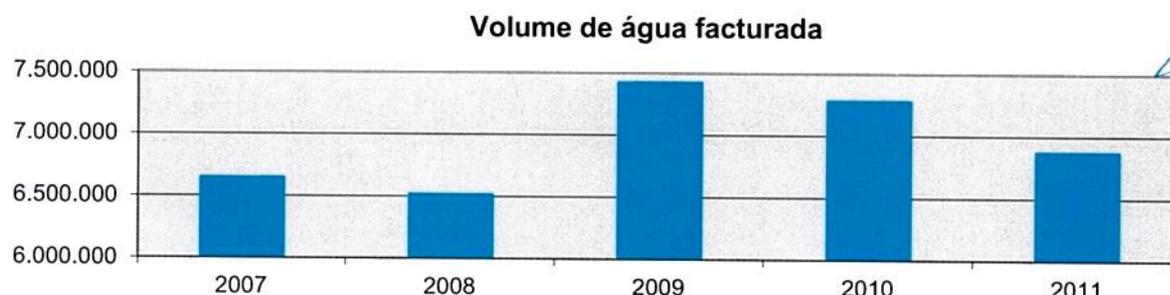
A Vimágua utilizou, em 2011, as duas captações superficiais ativas existentes, no Rio Ave – Prazins Sta. Eufémia e Gondomar. Foram exploradas ao longo de todo o ano as origens de água de nascentes das Minas da Penha, Rocha, Senhoras do Monte e Castelões.

O volume total de água captada foi de 9.685.968 metros cúbicos, representando um decréscimo de 2,74%, comparativamente com o ano de 2010.

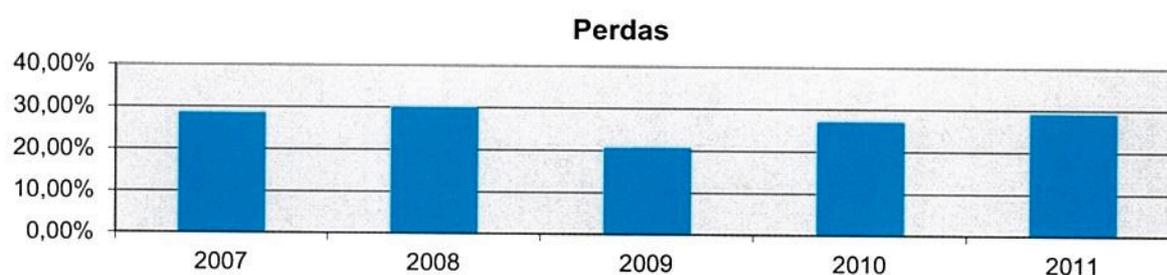
Volume de água aduzida ao sistema



O volume de água faturada aos clientes da Vimágua foi de 6.871.174 metros cúbicos, o qual representa um decréscimo de 5,64% relativamente ao ano anterior.



Relativamente ao indicador de água não faturada, calculado com base na diferença entre volume de água captada e volume de água faturada, regista-se um acréscimo face ao ano anterior, tendo-se fixado nos 29%.



Qualidade da água

Qualidade da água

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra duas componentes: Controlo Legal – Programa de amostragem e de análise, realizado em cumprimento dos requisitos legais estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, devidamente aprovado pelo ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Controlo Operacional – Plano interno de controlo operacional, tem por objetivo fundamental verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento, permitindo detetar atempadamente possíveis anomalias, possibilitando a adoção de medidas preventivas eficazes.

No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2011, registamos 99,26% de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei,

o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de **boa qualidade**, de acordo com o *Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço* da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Importa sublinhar que, no ano de 2011, o programa de monitorização da qualidade da água, aprovado pela Entidade Reguladora, foi, integralmente, cumprido, tendo sido realizadas 3.456 determinações de parâmetros, na torneira do consumidor.

Operação, manutenção e conservação dos sistemas

Os objetivos da atividade de distribuição de água da VIMÁGUA visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, aliado a uma performance de eficácia empresarial, na prossecução de um desenvolvimento sustentável, assente em:

- Manter o grau de operacionalidade do sistema de armazenamento e distribuição de água;
- Garantir a qualidade da água distribuída;
- Introdução de sistemas de cloragem e rechloragem nos Reservatórios;
- Aumento de eficácia dos diferentes sectores da empresa, na resposta aos pedidos de serviço dos clientes;
- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes e equipamentos;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

Ao nível da área de exploração, em consonância com a estratégia e objetivos da empresa, as atividades desenvolvidas nortearam-se pela otimização na utilização dos recursos disponíveis, numa ótica de crescente melhoria do serviço prestado.

Águas Residuais

A atividade na área dos serviços de drenagem de águas residuais, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, o “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, em todo o Vale do Ave, por um sistema multimunicipal.

São, também, geridas pela Vimágua redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas coletivas situadas, quase exclusivamente, em loteamentos.

Também nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes e equipamentos;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

Gestão de Clientes

A Missão e Cultura de atuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de atuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão da Qualidade e Segurança adotada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

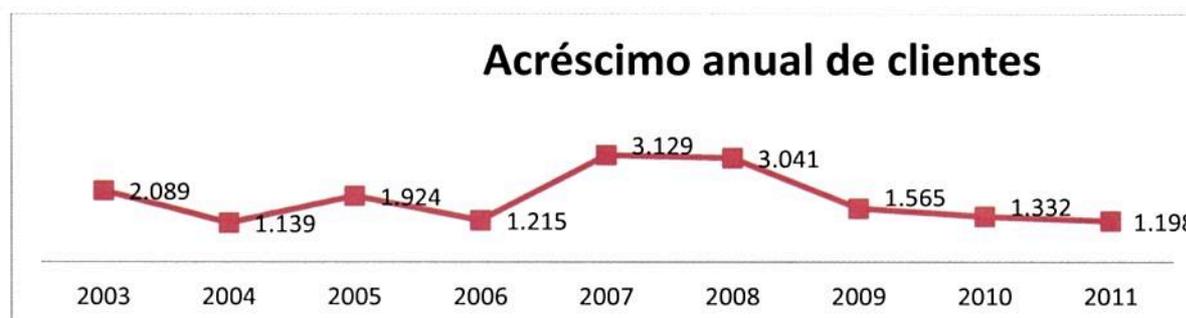
O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

Clientes em números

No final de 2011 o número total de clientes da Vimágua era de 60.276, mais 2% que no ano anterior. Reforçando a tendência de anos anteriores, o crescimento de clientes é sustentado pelo segmento doméstico.

Tipo de cliente	2002	2010	2011
Estado	89	110	109
Autarquias	398	559	569
Instituições	207	328	345
Com./Ind./Serviços...	5.812	6.619	6.600
Doméstico	37.138	51.460	52.651
Consumos próprios		2	2
Total	43.644	59.078	60.276

De realçar que desde o final do primeiro exercício de atividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 16.632 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de mais de 38% e uma taxa de crescimento anual médio de 4,23%.

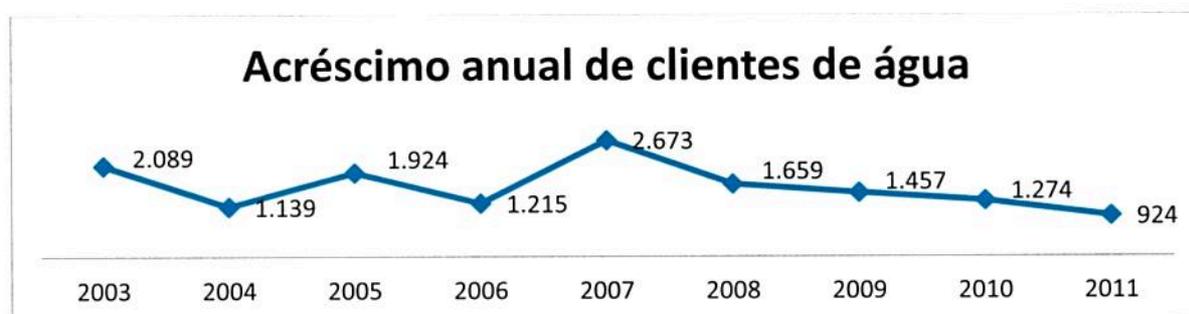


O número total de clientes de água, em 31 de Dezembro de 2011, era de 57.998 representando uma taxa de crescimento anual de 1,6%.

Tipo de cliente	2002	2010	2011
Estado	89	110	109
Autarquias	398	559	569
Instituições	207	328	345
Com./Ind./Serviços...	5.812	6.559	6.539
Doméstico	37.138	49.516	50.434
Consumos próprios		2	2
Total	43.644	57.074	57.998

No final do ano a Vimágua passou a contar com mais 924 clientes, comparativamente com o final de 2010. O grupo de clientes que registou a esmagadora maioria do crescimento foi o doméstico. Este continua a ser, inquestionavelmente, o resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.

O número de clientes de água teve um acréscimo de 14.354 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento próxima dos 33% e uma taxa de crescimento anual médio de 3,65%.



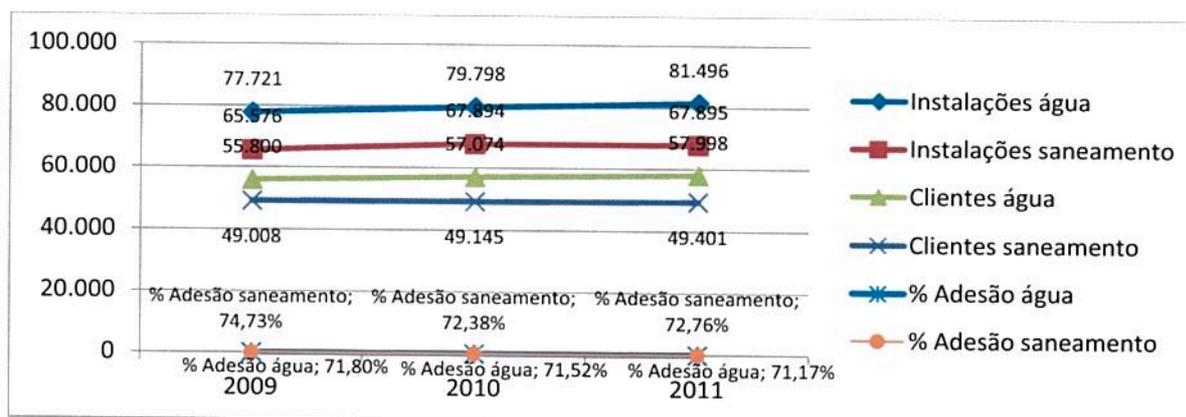
Um indicador significativo do crescimento das redes instaladas e crescimento do potencial de clientes é obtido pela variação do número de instalações cadastradas com base nos novos ramais domiciliários disponibilizados aos potenciais utilizadores e após notificação para pagamento dos mesmos. Neste último ano tivemos um crescimento de instalações cadastradas de cerca de 2%, inferior ao registado nos últimos dois anos. A curva descendente do crescimento das instalações reflete o ritmo descendente de disponibilização de redes, fruto do término do período de forte expansão.

31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	Variação 11/10	
			Quant.	%

79.035	81.552	83.368	1.816	2,23%
--------	--------	--------	-------	-------

Os valores dos indicadores de contratação de serviços de água e saneamento, no final do ano, são retratados nos quadros que se seguem:

	2009		2010		2011	
	Água	Saneamento	Água	Saneamento	Água	Saneamento
Instalações	77.721	65.576	79.798	67.894	81.496	67.895
Cientes	55.800	49.008	57.074	49.145	57.998	49.401
% Adesão	71,80%	74,73%	71,52%	72,38%	71,17%	72,76%

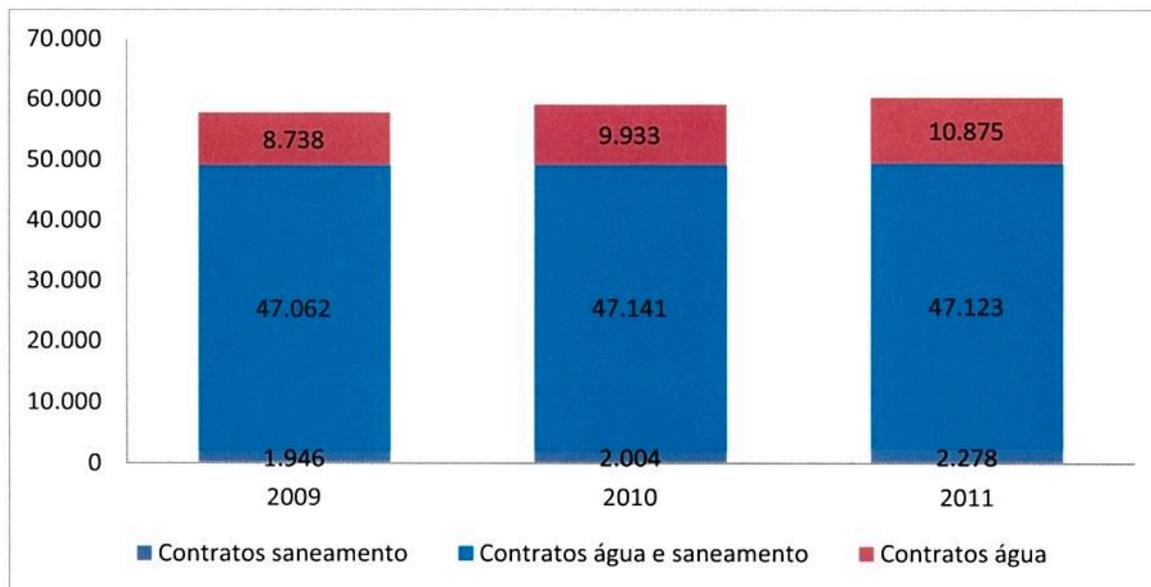


As percentagens de adesão de clientes aos serviços da Vimágua situou-se mantêm-se à volta dos 72%, valor que se pretende seja melhorado, com a adesão das populações às redes construídas para as servir.

O trabalho de fiscalização do cumprimento das notificações de contratação e das ligações indevidas, iniciado em 2010 e que terá que ser continuado com eventual reforço, permitirá aumentar os níveis de contratação do serviço de saneamento.

Consoante a natureza dos serviços temos três tipologias de contratos: contratos de saneamento; contratos de água e saneamento e contratos de água.

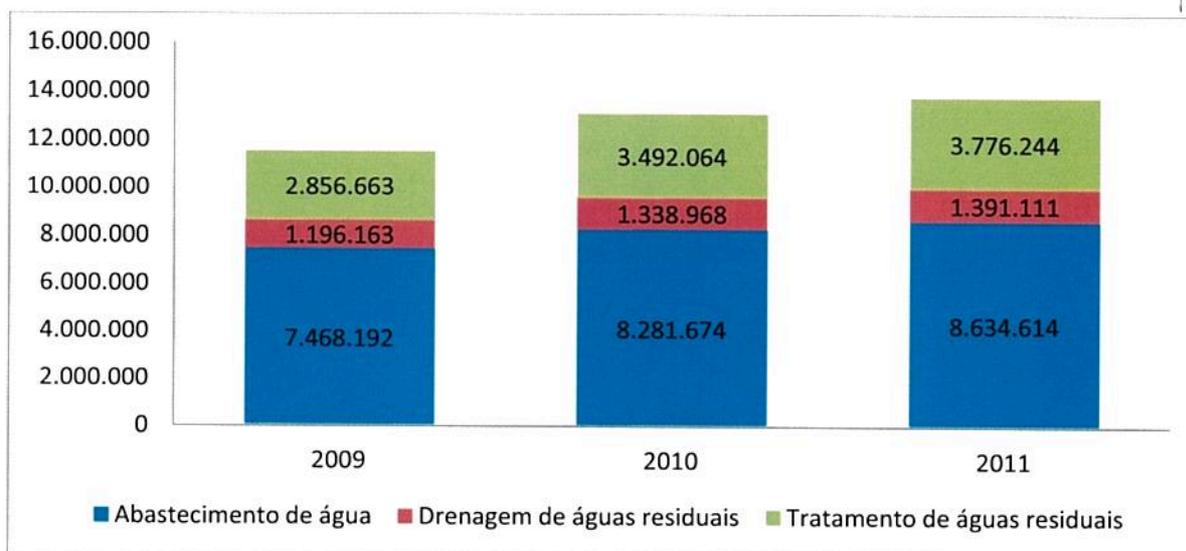
Tipo de contratos	2009	2010	2011
Contratos saneamento	1.946	2.004	2.278
Contratos água e saneamento	47.062	47.141	47.123
Contratos água	8.738	9.933	10.875
Total	57.746	59.078	60.276



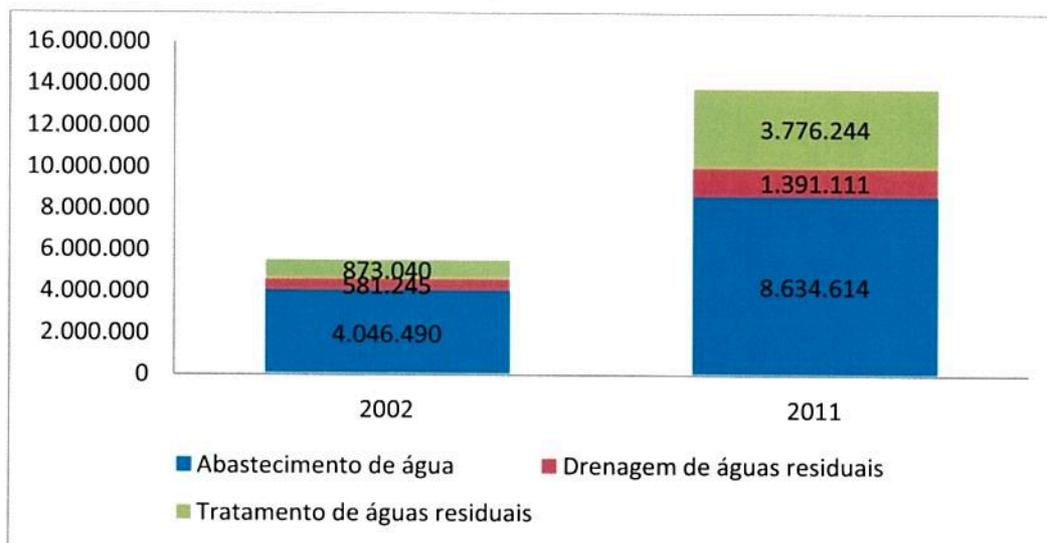
O peso relativo dos contratos de saneamento passou de menos de 1%, em 2007, primeiro ano de contratação, para cerca de 4%, em 2011.

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2011 o valor €13.801.969, representando um crescimento próximo dos 14% comparativamente com o exercício anterior.

Atividade	Valor (€)			Variação 11/10
	2009	2010	2011	
Abastecimento de água				
- Venda água	5.683.973	6.320.161	6.475.167	2,45%
- Disponibilidade de ligação	1.784.219	1.961.513	2.159.447	10,09%
Drenagem de águas residuais				
- Utilização	814.197	927.739	934.430	0,72%
- Disponibilidade de ligação	381.966	411.229	456.681	11,05%
Tratamento de águas residuais				
- Taxa de tratamento	2.299.672	2.841.682	3.030.324	6,64%
- Taxa de disponibilidade	556.991	650.382	745.920	14,69%
TOTAL	11.521.018	13.112.706	13.801.969	13,82%



De realçar que o montante de proveitos relativos às principais prestações de serviços cresceu perto de 90% desde o início de atividade da Vimágua, em Fevereiro de 2002.



Investimento

Desde o seu início de atividade e até final de 2011 a Vimágua investiu 67,2M€.

Em 2011 foram realizados investimentos no montante global de €1.584.260, destacando-se o investimento em redes de água e saneamento e investimentos de remodelação do sistema de abastecimento de água em alta, com vista à sua otimização.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2010-2013					
CÓDIGO	PROJECTO	Previsão 2011	Execução 2011	Desvio	
				Valor	%
1	Sistema de abastecimento de água em alta				
1.3	Nova Elevatória para o Reservatório do Monte Cavalinho - 2.ª Fase				
1.4	Substituição da Elevatória e grupo de bombagem para o Reservatório de Lordelo				
1.5	Substituição do equipamento electromecânico em Pevidém (ZA), Pevidém (ZB)				
1.6	Novo Reservatório na Costa	153.470		-153.470	-100%
1.8	Conduta distribuidora Pégada - Ponte	127.891		-127.891	-100%
1.11	Reforço de abastecimento de Água (alta) – Reservatório Monte Largo				
1.12	Reforço de abastecimento de Água (alta) – C. Elevatória Mãe d'Água – Monte Largo e substituição de troço da elev. para Mesão Frio				
1.13	Ampliação da ETA de Prazins	690.613	51.700	-638.913	-93%
1.14	Ampliação da ETA de Gondomar	51.157	0	-51.157	-100%
1.15	Reparações de Reservatórios / E. Elevatórias	153.470	6.686	-146.784	-96%
1.16	Substituição de equipamento electromecânico	51.157	3.239	-47.918	-94%
1.17	Outras obras de reforço de Abastecimento de Água (alta)	51.157	17.934	-33.223	-65%
2	Redes de água e saneamento				
2.1	Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento	255.783	130.974	-124.809	-49%
2.2	Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento	255.783	378.911	123.129	48%
2.3	Ligação de redes de saneamento ao sistema multimunicipal de saneamento	127.891	86.721	-41.170	-32%
2.4	Extensão de redes nas freguesias (abastecimento de Água - 95%-100%)	409.252	283.033	-126.219	-31%
2.5	Extensão de redes nas freguesias (saneamento - 80%-95%)	1.023.130	224.055	-799.075	-78%
2.6	Substituição de redes (abastecimento de água)	460.409	161.381	-299.027	-65%
2.7	Substituição de redes (saneamento)	255.783	22.851	-232.932	-91%
2.8	Optimização do sistema de drenagem de águas residuais - 1.ª frente de despoluição da Ribeira de Couros	1.550.311	0	-1.550.311	-100%
3	Investimentos diversos				
3.1	Projectos de infra-estruturas	102.313	50.488	-51.825	-51%
3.2	Cadastro				
3.3	Terrenos	51.157	11.056	-40.101	-78%
3.4	Máquinas / Viaturas	153.470	49.419	-104.050	-68%
3.5	Equipamentos vários (Exploração)	127.891	55.160	-72.731	-57%
3.6	Telegestão	153.470	0	-153.470	-100%
3.7	Novo Armazém para materiais de grande porte				
3.8	Equipamento Informático e Software	20.463	23.400	2.937	14%
3.9	Estudos e Projectos	5.116	11.200	6.084	119%
3.10	Equipamento administrativo	15.347	16.051	704	5%
TOTAIS		6.246.478	1.584.260	-4.662.218	-75%



O volume de investimento realizado ficou aquém do previsto, em resultado, sobretudo, pela falta de abertura de avisos para concurso a fundos comunitários ou outros subsídios ao investimento. Como dispõe o Plano Previsional da empresa, os investimentos de expansão previstos estão condicionados à obtenção de financiamento a fundo perdido na ordem dos 70%.

Realça-se, ainda, a não execução do projeto de “Optimização dos Sistemas de Drenagem de Águas residuais - 1.ª frente de despoluição da Ribeira de Couros”, cujo montante anual previsto era de €1.530.311. Apesar de iniciado o concurso público foi decidido o seu encerramento sem adjudicação, com fundamento na decisão superveniente do Município de Guimarães, motivada pelas conclusões do “estudo do modelo hidrodinâmico da Ribeira de Coutos” as quais, sustentadas em pareceres técnicos, demonstram não existir necessidade da obra posta a concurso pela Vimágua.

Os investimentos executados em 2011 centraram-se em projetos de execução, reforços de expansão de redes, melhoria do sistema de distribuição de água em alta e ligações das redes de saneamento aos interceptores do sistema em alta.

No que às ligações ao sistema de saneamento em alta concerne importa realçar as cerca de 20 novas ligações que permitem disponibilizar o serviço público para cerca de 1.000 alojamentos.

Recursos Humanos

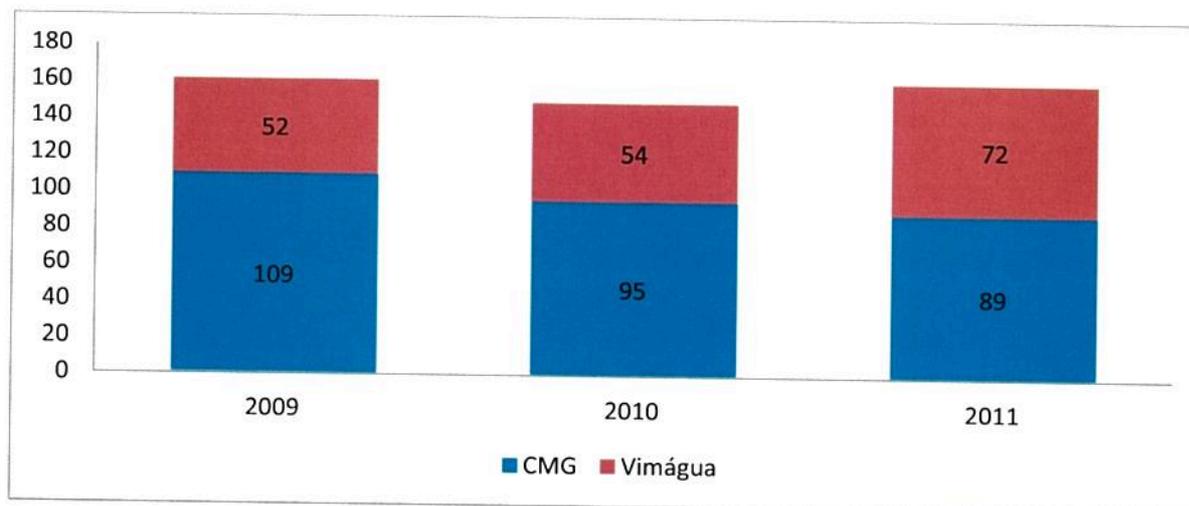
A política e gestão dos recursos humanos da VIMÁGUA desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objetivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes.

Evolução

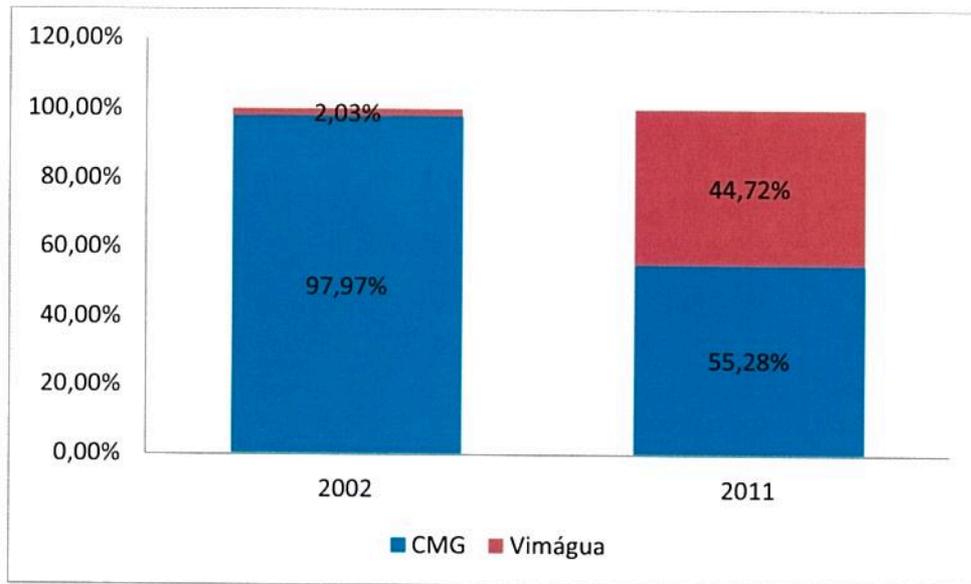
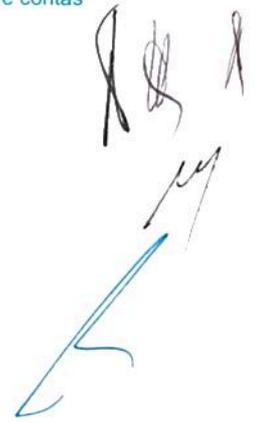
Importa, neste capítulo, salientar alguns indicadores que revelam aspetos evolutivos da estrutura de recursos humanos da Vimágua.

Em 31 de Dezembro de 2011 o número de efetivos da Vimágua foi de 161.

O quadro de efetivos da Vimágua é composto por funcionários requisitados dos quadros da Câmara Municipal de Guimarães, os quais integravam o quadro dos Serviços Municipalizados à data de criação da empresa, e funcionários entretanto recrutados, designados nos gráficos seguintes como *Vimágua*.



A percentagem de requisitados baixou para cerca de 50% em final de 2011.





Desempenho Económico e Financeiro

O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2011, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Situação Económica

A evolução da situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2011, é positiva, reforçando e consolidando o resultado das medidas de viabilização adotadas ao abrigo do Plano de Viabilidade e Contrato de Gestão.

A Vimágua terminou o ano de 2011 com um resultado líquido de 1.026.642 euros, mais 108.704 euros que o atingido em 2010.

Os rendimentos operacionais cresceram 727.012 euros (+4,5%) face aos registados durante o ano 2010, resultado do crescimento de clientes.

Rendimentos operacionais

euros	2009	2010	2011	Δ% 11/10
Vendas e prestações de serviços	13.002.007	14.535.457	15.129.437	4,09%
Venda de água	5.683.973	6.320.161	6.475.167	2,45%
Venda material	16.245		6.209	-nd-
Prestações de serviços - saneamento	5.105.256	5.790.347	6.067.755	4,79%
Prestações de serviços - água	2.105.639	2.288.279	2.466.399	7,78%
Outros serviços	90.894	136.670	113.907	-16,66%
Outros rendimentos e ganhos	1.677.159	1.595.526	1.728.558	8,34%
Rendimentos operacionais	14.679.166	16.130.983	16.857.995	4,51%

Os gastos operacionais, em termos globais, evidenciaram um crescimento de 14.099.382 euros para 14.567.689 euros (+3,32%). Importa realçar, desde logo pelo seu peso relativo na estrutura de gastos, o crescimento do valor da contrapartida devida pela utilização dos bens dos Municípios, a qual segue o regime de preços de transferência através do método da repartição do lucro, ou seja, varia em função dos resultados apurados antes de impostos e sem contrapartida. Assim, em 2011 a contrapartida contabilizada em gastos operacionais foi 1.654.831 euros superior à do ano de 2010.

Pela sua importância na atividade operacional da empresa, realça-se o decréscimo da rubricas de outros fornecimentos e serviços externos (-174.964 euros ou -5,17%).

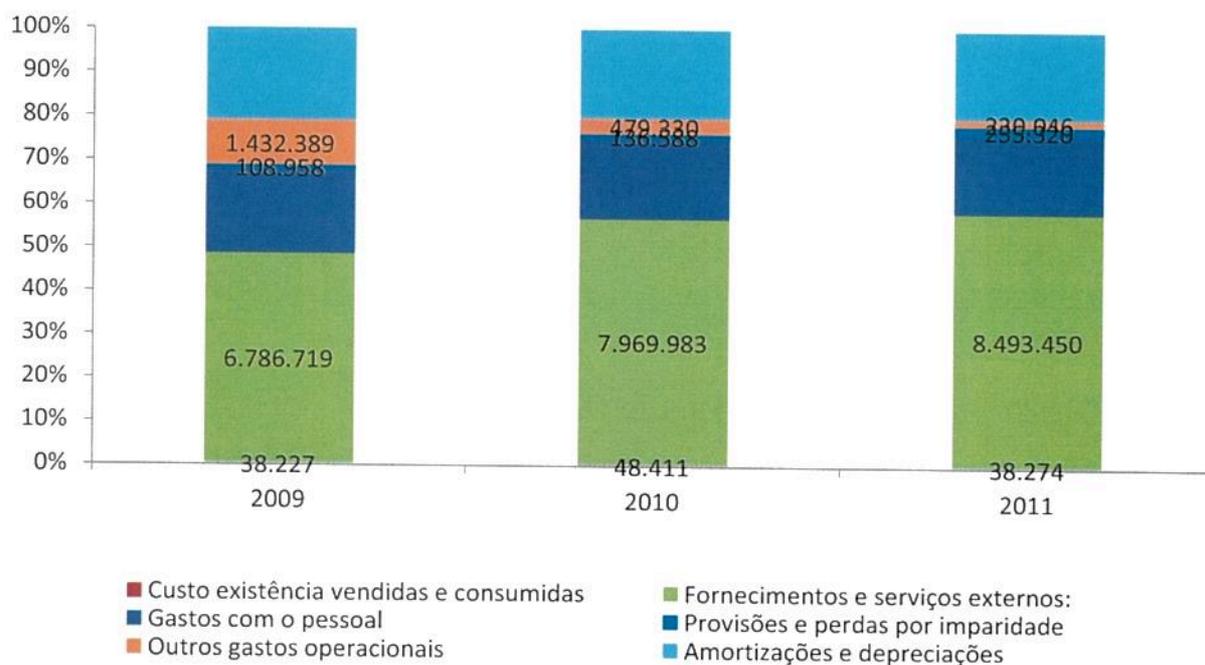
Também de registar a subida dos gastos relativos ao subcontrato de tratamento de águas residuais (+629.652euros ou +26,08%), dos gastos com pessoal (+42.715 euros ou +1,64%), amortizações e depreciações (+42.814 ou +1,50%) e perdas por imparidade de dívidas de clientes (+118.732euros ou +86,93%).

Gastos operacionais

euros	2009	2010	2011	Δ% 11/10
Custo existência vendidas e consumidas	38.227	48.411	38.274	-20,94%
Fornecimentos e serviços externos:	6.786.719	7.969.983	8.493.450	6,57%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	2.380.942	3.001.903	3.631.554	20,98%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	161.887	1.586.052	1.654.831	4,34%
Outros fornecimentos e serviços externos	4.243.890	3.382.028	3.207.065	-5,17%
Gastos com o pessoal	2.717.883	2.605.256	2.647.971	1,64%
Provisões e perdas por imparidade	108.958	136.588	255.320	86,93%
Outros gastos operacionais	1.432.389	479.330	230.046	-52,01%
Amortizações e depreciações	2.961.822	2.859.814	2.902.627	1,50%
Gastos operacionais	14.045.998	14.099.382	14.567.689	3,32%

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm tradicionalmente um peso decisivo na estrutura de custos, corresponderam a 58,30% dos gastos operacionais.

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais continuam a ganhar peso relativo na estrutura de gastos operacionais, passando de 21,29% para 24,93%, mantendo-se o peso dos gastos com o pessoal em cerca de 18%.



O resultado operacional do exercício económico de 2011 da Vimágua ascendeu a 2.290.306euros, crescendo 258.705euros em relação ao exercício anterior, registando-se um crescimento ainda que inferior ao ano anterior do volume de negócios.

O resultado financeiro negativo resulta do pagamento dos encargos relativos ao financiamento do investimento, através do empréstimo de longo prazo, os quais totalizaram em 2011 1.447.336euros.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 1.026.642euros, mais 108.704euros que o atingido em 2010. O EBITDA registou um crescimento de 270.173euros (+5,48%).

Resultado Líquido

euros	2009	2010	2011	Δ%
				11/10
EBITDA	3.604.434	4.932.279	5.202.452	5,48%
Amortizações e depreciações	2.961.822	2.859.814	2.902.627	1,50%
Resultados operacionais	633.168	2.031.601	2.290.306	12,73%
Resultados antes de impostos	109.320	817.057	852.489	4,34%
Imposto sobre o rendimento	15.524	-100.881	-174.153	72,63%
Resultado líquido do exercício	93.796	917.938	1.026.642	11,84%

Importa salientar, em 2010 e 2011, o impacto ao nível do imposto sobre o rendimento do exercício resultante da adoção da Norma dos Impostos sobre o rendimento, cujo detalhe consta do anexo às Demonstrações Financeiras.

O *Cash flow* bruto totalizou 4.010.436euros, mais 196.977euros que o atingido no anterior (+5,17%), devido à evolução positiva dos resultados antes de impostos (+4,34%).

Cash flow líquido e investimento

euros	2009	2010	2011	Δ%
				11/10
Resultados antes de impostos	109.320	817.057	852.489	4,34%
Amortizações e depreciações	2.961.822	2.859.814	2.902.627	1,50%
Variação das provisões e perdas por imparidade	108.958	136.588	255.320	86,93%
Cash flow bruto	3.180.100	3.813.459	4.010.436	5,17%
Imposto sobre o rendimento	15.524	-100.881	-174.153	72,63%
Resultados distribuídos				
Cash flow líquido	3.195.624	3.712.578	3.836.283	3,33%
Investimento	3.901.095	3.036.246	1.584.260	-47,82%
Autofinanciamento	82%	122%	242%	98,04%

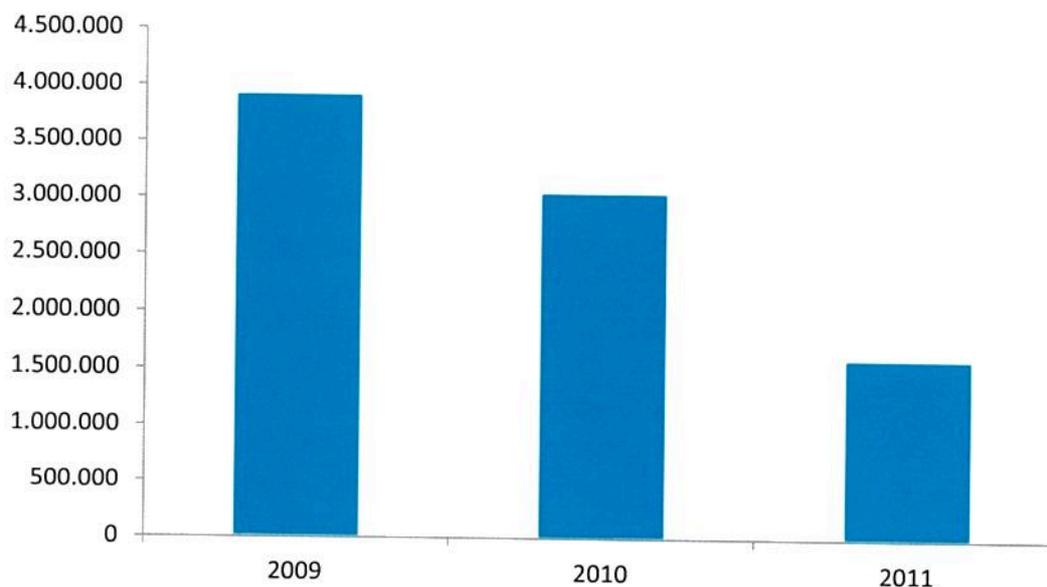
Situação Financeira e Patrimonial

A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de Dezembro de 2011 apresenta um ativo líquido de 63.503.886euros, evidenciando um acréscimo de 20,95% face a 31 de Dezembro de 2010. Ao nível do ativo realça-se o crescimento das disponibilidades (+1.899.633euros), conseguido num período em que existiu um decréscimo no passivo relativo a financiamento obtido (-2.250.902euros).

Posição financeira				
euros	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	Δ% 11/10
Activo não corrente	51.790.286	51.318.501	50.137.972	-2,30%
Activo corrente	7.953.078	11.050.811	13.365.914	20,95%
Total do activo	59.743.364	62.369.312	63.503.886	1,82%
Capitais permanentes	54.095.093	55.761.423	55.680.296	-0,15%
Passivo corrente	5.648.271	6.607.888	7.823.590	18,40%
Total do passivo + capital próprio	59.743.364	62.369.311	63.503.886	1,82%

O capital próprio da empresa aumentou (+448.969 euros), em resultado, fundamentalmente, dos resultados líquidos transferidos e a transferir para resultados transitados, os quais atingem um prejuízo acumulado, no final do ano, no montante de 5.776.128euros (-4,48% que em final de 2010).

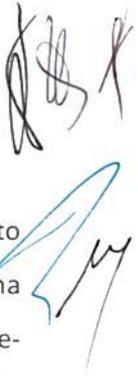
O valor dos investimentos, em 2011, fica em cerca de metade do valor realizado em 2010,



Os rácios económicos evidenciam os efeitos positivos do crescimento dos rendimentos, que influenciaram as margens EBITDA e EBIT. Os financeiros refletem o ligeiro aumento do ativo e a estabilidade financeira atingida.

Rácios

Económicos	2009	2010	2011	Δ p.p. 11/10
Margem bruta/rendimentos operacionais	24,49%	30,32%	30,80%	0,48
Resultado operacional/rendimentos operacionais	4,31%	12,59%	13,59%	1,00
Resultado líquido/rendimentos operacionais	0,64%	5,69%	6,09%	0,40
Resultado líquido/capital próprio	0,36%	3,51%	3,86%	0,35
Financeiros	2009	2010	2011	Δ p.p. 11/10
Liquidez geral	140,81%	167,24%	170,84%	3,60
Autonomia financeira	41,30%	41,92%	41,88%	-0,04
Solvabilidade	20,11%	22,20%	22,27%	0,07
Fundo de manei	1,41	1,67	1,71	0,04



Perspetivas Futuras

O corrente exercício será marcado pela conclusão do projeto de remodelação da Estação de Tratamento de Água de St.^a Eufémia de Prazins, que se reveste de uma importância estratégica para a empresa, na medida em que tem como pressuposto o aumento da capacidade de captação de água e introduzir-se-ão alterações no processo de tratamento de água, tendo como objetivo a implementação de tecnologias que melhor garantam a segurança da água de distribuição, reduzindo a vulnerabilidade em relação a condições extremas.

Também como forma de garantir a qualidade da água distribuída está em fase de implementação o Plano de Segurança da Água, tendo já sido feita a avaliação dos riscos existentes, ao longo de todo o sistema de abastecimento, desde a bacia hidrográfica onde estão localizadas as captações até à torneira do consumidor, e analisados os perigos existentes, assim como as medidas de controlo a implementar e algumas já implementadas, no sentido de prevenir ocorrências e sistematizar procedimentos, seguindo as metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde, pela *International Water Association (IWA)* e pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Em 2012, realizar-se-á a auditoria ao Plano de Segurança da Água, sob a orientação da ERSAR.

Concorre para este objetivo, qualidade da água de distribuição, a delimitação do perímetro de proteção das captações, já concluído e em fase de aprovação e que será, ulteriormente, publicado em Diário da República.

Em termos de interação com os utentes do serviço, importa remeter para a renovação do sítio eletrónico da Vimágua que veio a ser trabalhada, durante o ano de 2011.

Como é sabido, as instituições querem-se dinâmicas e adaptadas às exigências do seu tempo, pelo que a Vimágua quer ser exemplo disso mesmo e nesse sentido revolucionou o seu sítio eletrónico, tornando-o mais aprazível, funcional e acima de tudo uma ferramenta de serviço, ao dispor de todos quantos se relacionam com a empresa.

O www.vimagua.pt será o nosso ponto de encontro. Aqui estaremos em permanente contato com os nossos utentes, estreitando os laços que há já dez anos vimos consolidando.

Quatro princípios estão subjacentes à renovação do sítio eletrónico:

1 – Acessibilidade, é um espaço acessível a todos os utilizadores, incluindo pessoas com necessidades especiais, tendo-se optado por uma metodologia de organização da informação clara e intuitiva, com interligações entre as diferentes áreas do sítio eletrónico, de modo a que o utilizador encontre, rapidamente, o que procura.

2 – Prestação de serviço, são disponibilizados serviços online, através da utilização do Balcão Digital.

Neste posto de atendimento virtual o utente passa a dispor:

a) Pedido de Ramal (Água/Saneamento)

- b) Domiciliação bancária (Adesão/Rescisão)
- c) Pedido de informação (Pedido de informação/Reclamação/sugestão)
- d) Pedido de contrato (denúncia ou alteração de contrato)
- e) Comunicar a leitura do contador
- f) Consulta do histórico de faturação
- g) Controlo dos valores faturados
- h) Todas as faturas disponíveis em histórico
- i) Controlo de várias contas associadas a um cliente
- j) Adesão à fatura eletrónica
- k) Alterações contratuais.

Este Balcão Digital funcionará como um elemento agregador de serviços e será mais um interface de serviço efetivo com os nossos utentes.

3 – Cumprimento de requisitos legais, atentas as recentes imposições legais, fizemos constar do sítio eletrónico um conjunto de informação de carácter institucional e económico-financeira que será periodicamente atualizada.

4 - Flexibilidade, tivemos a preocupação de criar uma estrutura capaz de facilmente assimilar novas áreas, de se adaptar a novas exigências e de apresentar inovações em vários domínios, designadamente, no domínio técnico, dando a conhecer as condições técnicas que estão subjacentes à prestação do serviço público de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais.

Em 2012 o reinventado sítio eletrónico da Vimágua está à disposição de todos.

Em curso está a revisão do regulamento de serviço, nos termos do Decreto-Lei 194/2009 de 20 de Agosto, que terá que ficar concluída até Agosto do corrente ano.

Na decorrência da certificação ambiental, de acordo com a norma NP EN ISO 14001, irá criar-se um parque de gestão de resíduos, cuja localização está já definida, junto ao reservatório de água de S. Pedro, em Azurém.

Este parque servirá para fazer a gestão de todos os resíduos produzidos pela Vimágua na sua atividade diária até serem encaminhados para destino final adequado.

À semelhança dos anos transatos, mantemos e reforçamos a necessidade de encontrar formas para melhorar os níveis de adesão aos sistemas públicos de água, sendo esta uma condição indispensável à sustentabilidade do serviço e à sustentabilidade económico-financeira.

Por este motivo e não obstante a obrigatoriedade da ligação resultar expressamente do Decreto-Lei 194/2009 de 20 de Agosto, iremos prosseguir com campanhas de informação e sensibilização, aproveitando a parceria com a Unidade de Saúde Pública de Guimarães/Vizela.

Por último, importa referir que, no âmbito das suas competências de regulação, a ERSAR publicou o “Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª Geração do sistema de avaliação”, a aplicar a todas as entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos do Continente, independentemente da titularidade Estatal ou Municipal do serviço e do modelo de gestão - por gestão direta, delegada, em parceria ou concessionada. Essa aplicação inicia-se em 2012 com dados de 2011, que devem ser reportados à ERSAR até final de Março de 2012 pelas entidades gestoras.

Assim, foram, durante o ano de 2011, revistos os objetivos sectoriais em consonância com os novos indicadores exigidos pela ERSAR, vindo os mesmos a ser reportados até 31 de Março de 2012, o que quer significar em 2012 já teremos a primeira avaliação da ERSAR à atividade da Vimágua, com dados de 2011.

Conforme o disposto no contrato de gestão será presente aos Municípios até Junho de 2012 a proposta de Plano Plurianual de Investimentos para o período de 2013-2017, a par da proposta de revisão quinquenal do referido contrato.

Em termos gerais, perspetivamos para o corrente ano importantes alterações ao nível do serviço quer na sua componente técnica quer na sua componente comercial.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2011, no montante de €1.026.642 (um milhão, vinte e seis mil seiscientos e quarenta e dois euros), seja transferido para a conta de Resultados Transitados da empresa, para cobertura de prejuízos acumulados.

O Conselho de Administração

Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

Alberto Fernando Lopes da Silva Machado – Vogal

Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos – Vogal

Considerações Finais

Decorrido mais um ano, na atividade da empresa, congratulamo-nos com os resultados positivos alcançados que contribuem para a consolidação de um projeto intermunicipal de serviço público de interesse geral.

A prioridade da nossa ação centrou-se na qualidade do serviço prestado, na acessibilidade física e financeira ao serviço de águas e na sustentabilidade económica e financeira da empresa.

Aos Municípios de Guimarães e Vizela, à ARH – Norte, à CCDD-n, à ERSAR, ao Aces Guimarães/Vizela, aos nossos utentes e às demais entidades que se relacionam com a Vimágua, manifestamos o nosso apreço pela profícua colaboração que muito contribuiu para a valorização do serviço público que desenvolvemos.

O Conselho de Administração

O Conselho de Administração

Armando José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

Alberto Fernando Lopes da Silva Machado – Vogal

Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos – Vogal



Demonstrações financeiras

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2011.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	49.287.656	50.617.887
Propriedades de investimento			
<i>Goodwill</i>			
Activos intangíveis	8	7.369	5.592
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos	19	842.948	695.022
		50.137.972	51.318.501
Activo corrente			
Inventários	9	739.343	761.512
Activos biológicos			
Clientes	11	2.235.658	2.268.636
Adiantamentos a fornecedores		26.553	27.659
Estado e outros entes públicos	12	438.128	108.750
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	13	2.106.636	1.958.237
Diferimentos		92.928	98.983
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	7.726.668	5.827.035
		13.365.914	11.050.811
Total do activo		63.503.886	62.369.311

Erasmus

*Deniz... e Silva
Mário J. Machado
Celso Manuel Alves Secção de Contas*

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		500.000	500.000
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados		-5.776.128	-6.047.263
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		18.604.817	18.535.687
Resultado líquido do período		1.026.642	917.938
Interesses minoritários			
Total do capital próprio	17	26.595.331	26.146.362
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	14	21.294.424	23.545.326
Fornecedores	15	2.147.027	
Passivos por impostos diferidos	19	5.643.513	6.069.736
Outras contas a pagar			
		29.084.965	29.615.061
Passivo corrente			
Fornecedores	15	1.529.324	1.049.484
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	12	214.821	244.688
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	14	1.825.837	951.378
Outras contas a pagar	16	4.253.609	4.362.338
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		7.823.590	6.607.888
Total do passivo		36.908.555	36.222.949
Total do capital próprio e do passivo		63.503.886	62.369.311

Ensaio de

*Amílcar Costa, Lda
Mário B. L. Machado
Octávio Manuel Moreira Leveira dos Santos*

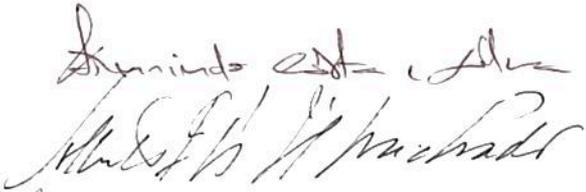
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	19	15.129.437	14.535.457
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	10	10.112	23.980
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-38.274	-48.411
Fornecimentos e serviços externos	21	-8.493.450	-7.969.983
Gastos com o pessoal		-2.647.971	-2.605.256
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-255.320	-136.588
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	22	1.718.446	1.571.546
Outros gastos e perdas	23	-230.046	-479.330
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.192.933	4.891.414
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-2.902.627	-2.859.814
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.290.306	2.031.601
Juros e rendimentos similares obtidos		9.519	40.864
Juros e gastos similares suportados	24	-1.447.336	-1.255.408
Resultado antes de impostos		852.489	817.057
Imposto sobre o rendimento do período		174.153	100.881
Resultado líquido do período		1.026.642	917.938

Resultado

Assinado este dia

 António Manuel Álvares Pereira dos Santos

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2010

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio							
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários				
1	1	500.000		12.240.000			-6.991.639							18.833.931	93.796	24.676.098	24.676.098		
2	2					944.366								-298.244	-93.796	552.326	552.326		
3	3					944.366								-298.244	-93.796	552.326	552.326		
4=2+3	4=2+3															824.142	1.470.264	1.470.264	
5	5																		
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	500.000		12.240.000			-6.047.263							18.535.687	917.938	26.146.362	26.146.362		

Erasmus

*Sumário G&F, S.A.S.
100 (G&F) S.A.S.
Cetara Daniel Roberto Pereira dos Santos*





DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários
6	6	500.000		12.240.000			-6.047.263				18.535.687	917.938	26.146.362		26.146.362
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
7	7						-179.605				406.678		227.072		227.072
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							450.741				-337.548		-804.745		-804.745
8	8						271.135				69.130		-577.673		-577.673
9=7+8	9=7+8												1.026.642		1.026.642
RESULTADO INTEGRAL													108.704		448.969
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
10	10	500.000		12.240.000			-5.776.128				18.604.817	1.026.642	26.595.331		26.595.331
6+7+8+10	6+7+8+10														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N															

Ernesto Silva

Armando Estrela
António José Pinheiro
Carla Maria Alves de Almeida

[Signature]

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		15.162.905	14.553.507
Pagamentos a fornecedores		-7.015.761	-8.738.152
Pagamentos ao pessoal		-2.311.443	-2.631.065
Caixa gerada pelas operações		5.835.701	3.184.290
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-52.816	-47.730
Outros recebimentos/pagamentos		719.790	1.964.509
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		6.502.675	5.101.069
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1.785.325	-3.424.983
Activos intangíveis		-7.226	-3.120
Investimentos Financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1.600	
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros activos			
Subsídios de investimento			
Juros e proveitos similares		9.509	7.353
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.781.442	-3.420.750
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			2.750.000
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.376.442	
Juros e gastos similares		-1.381.812	-912.190
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-63.346	
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-2.821.600	1.837.810
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		1.899.633	3.518.130
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.827.035	2.308.905
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7.726.668	5.827.035

Erased

Handwritten signatures and notes:
 Henrique Costa e Silva
 Madalena da Silva
 Catarina da Silva
 44

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único: 505 993 082

Natureza da atividade: A Vimágua tem como atividade a gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 37001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Por exigência da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima por escritura pública outorgada no dia 28 de dezembro de 2007, adotando a atual denominação – Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

Capital Social: 500.000.00 dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística, integrando as Normas Contabilística e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas.

A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações em notas feitas por força das NCRF aplicáveis às respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se igualmente em consideração, a adoção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados pelas portarias no âmbito do SNC.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.



2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido(a) em resultados no período em que ocorre a alienação/abate.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo e as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o ativo se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis são conforme se segue:

Designação	Anos
Programas de Computador	3

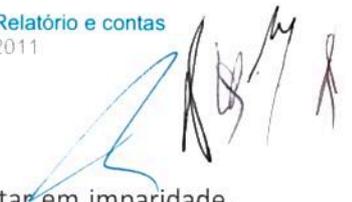
O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

(c) Inventários

As matérias-primas e subsidiárias são registadas ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização, que representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base na fórmula do custeio médio ponderado, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

Quando o custo das matérias-primas e subsidiárias é superior ao valor estimado de recuperação, quer por dano ou obsolescência nos inventários quer por redução dos preços de venda, são reconhecidas perdas de imparidade.



(d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis”.

(e) Custo dos empréstimos obtidos

Todos os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

(f) Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

- Fornecedores e outras contas a pagar

A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desconhecimento só ocorre quando

cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

(g) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

(h) Instrumentos Financeiros Derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados pela Empresa derivados para negociação (especulação). Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos “swaps” de taxa de juro, são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

(i) Reconhecimento do Rédito

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos e descontos, nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros, afetando a parte financeira dos resultados correntes, também em base de acréscimo. Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

(i) Subsídios

De acordo com o disposto na NCRF 22, os subsídios estatais apenas são reconhecidos quando há uma segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e de que o subsídio será recebido. No caso dos subsídios obtidos respeitantes a ativos fixos tangíveis depreciáveis, os mesmos são imputados como rendimento do período, numa base sistemática, durante a vida útil dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

(j) Impostos sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

(a) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(b) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

(c) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(d) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimágua, é anualmente calculada a Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que são proprietários os Municípios de Guimarães e Vizela, e utilizados na atividade da Vimágua.

O cálculo é efetuado segundo o método do fracionamento do lucro, sendo a contrapartida reconhecida sempre que os resultados antes de impostos sejam positivos:

Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios		
Resultados antes de Impostos e sem Contrapartida		2.507.320,09
Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor		66%
Contrapartida devida ao Município de Guimarães	90%	1.489.348,13
- Valor c/ IVA		1.831.898,20
Contrapartida devida ao Município de Vizela	10%	165.483,13
- Valor c/ IVA		203.544,24
Contrapartida Municípios Guimarães e Vizela		1.654.831,26
- Valor c/ IVA		2.035.442,45

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 66%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão:

Cálculo da Proporção

DA _m – Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	792
DA _v – Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimágua	326
AR _m – Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade dos Municípios	500
AR _v – Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade da Vimágua	420
R _m – Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade dos Municípios	36155
R _v – Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade da Vimágua	15600
EE _m – Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da titularidade dos Municípios	230
EE _v – Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da titularidade da Vimágua	750
P _{DA+AR} – Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas	
P _{R+EE} – Proporção relativa à capacidade dos reservatórios e estações elevatórias dos Sistemas	
$(DA_m + AR_m) / (DA_m + DA_v + AR_m + AR_v) = P_{(DA+AR)} = (792 + 500) / (792 + 326 + 500 + 420)$	63%
$(R_m + EE_m) / (R_m + R_v + EE_m + EE_v) = P_{(R+EE)} = (36155 + 230) / (36155 + 15600 + 230 + 750)$	69%
$(50\% \times P_{(DA+AR)} + 50\% \times P_{(R+EE)}) = P$	66%

Importa salientar que nos termos do Contrato de Gestão (cláusula 13.3), do Contrato de Abertura de Crédito (cláusula 21.1) e Acordo de definições (pontos 87 e 131), o pagamento da Contrapartida aos Municípios só se iniciará a partir de Junho de 2015, data em que finda o período de carência de capital contratado.

3.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.



3.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço, ou seja, que dão lugar a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam meramente indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

3.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações/amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, podendo estas, se necessário, serem revistas. A Empresa não definiu valores residuais para os seus ativos.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
11	Caixa	41.304	18.299
121	Depósitos à ordem C.G.D	55.377	230.642
122	Depósitos à ordem BPI	24.208	20.454
123	Depósitos à ordem C.G.D. 204003572130	0.00	10.015
124001	BPI/002 Conta Receitas	4.360.851	457.826
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da divida	721.338	2.566.208
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	2.523.590	2.523.590
Total		7.726.668	5.827.035

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período de 2010, nem aconteceram alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que praticados com entidades independentes.

6.1. RELACIONAMENTOS COM EMPRESAS-MÃE:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital foi detido em 89.5% pelo Município de Guimarães, pessoa coletiva com identidade fiscal 505 948 605; em 10% pelo Município de Vizela, pessoa coletiva com identidade fiscal 505 985 217; e 0.5% pela Eco-Ave pessoa coletiva com identidade fiscal 503 984 337.

Naquela data o Município de Guimarães, com o consentimento da sociedade, adquiriu a participação da Eco-Ave.

6.2. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e as Câmaras Municipais traduzem-se na faturação da Vimágua dos serviços prestados de água /saneamento e pela faturação das Câmaras à Vimágua das contrapartidas calculadas conforme o Contrato de Gestão.

Transações durante o ano de 2011 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e prestação de serviços	Saldos Comerciais Dívidas a receber	Saldos comerciais Dívidas a pagar
Município de Guimarães	1.489.348	452.795	259.747	1.932.354
Município de Vizela	165.483	101.388	144.428	214.673

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas/ perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte	Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
Quantia Bruta escriturada inicial	488.304,52	400.250,92	60.113.518,93	337.662,94	584.518,46	57.672,00	3.404.774,99	65.386.702,76
Depreciações Acumuladas Iniciais	0,00	176.055,02	13.749.486,94	333.273,53	466.720,86	43.279,71	0,00	14.768.816,06
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada Inicial	488.304,52	224.195,90	46.364.031,99	4.389,41	117.797,60	14.392,29	3.404.774,99	50.617.886,70
Movimentos do período	11.056,17	32.083,72	4.525.444,42	51.117,68	81.898,85	13.199,10	-232.707,97	4.482.091,97
Adições	11.056,17	100,00	1.718.474,37	43.894,25	31.873,89	7.164,17	-236.632,30	1.575.930,55
Aquisições 1ª mão	11.056,17	100,00	141.215,07	43.894,25	31.873,89	7.164,17	1.331.735,34	1.567.038,89
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00	10.112,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.112,00
Transferências AFT em curso	0,00	0,00	1.568.367,64	0,00	0,00	0,00	-1.568.367,64	0,00
Regularização Aquisições do ano	0,00	0,00	-1.220,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.220,34
Diminuições	0,00	31.983,72	2.806.970,05	7.223,43	50.024,96	6.034,93	3.924,33	2.906.161,42
Depreciações	0,00	31.749,05	2.806.911,43	7.223,41	50.024,96	6.034,93	0,00	2.901.943,78
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (valor aquisição)	0,00	352,00	0,00	0,01	1.393,22	0,00	0,00	1.745,23
Abates (depreciação acumulada)	0,00	-117,33	0,00	0,01	-1.393,22	0,00	0,00	-1.510,54
Regularização	0,00	0,00	58,62	0,00	0,00	0,00	3.924,33	3.982,95
Quantia líquida escriturada final	499.360,69	192.312,18	45.275.536,31	41.060,23	99.646,53	15.521,53	3.164.218,36	49.287.655,83

Durante o ano de 2011, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- Em "Terrenos" foram contabilizadas as verbas pagas pelas expropriações de terrenos para a passagem das condutas de água e saneamento;
- Na rubrica de "Equipamento básico" e de acordo com o plano plurianual de investimentos a Vimágua deu prioridade ao investimento em redes de água e saneamento, especificamente:
 - Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento;
 - Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento;
 - Ligação de redes de saneamento ao sistema multimunicipal de saneamento;
 - Extensão de redes nas freguesias (abastecimento de água – 95% - 100%);
 - Extensões de redes nas freguesias (saneamento – 80% - 95%);
 - Substituição de redes de água e saneamento;

- O aumento verificado na rubrica de "Equipamento de transporte" decorre da aquisição de duas viaturas de serviço;

- Na rúbrica Ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- AD 08-2011 - Abastecimento de Água a Tabuadelo - 2ª Fase - Freguesia de Tabuadelo - Guimarães;
- AD 28-2009 - Abastecimento de Água à zona alta de Infantas;
- CP 02-2011 - Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais nos concelhos de Guimarães e Vizela;
- OI 10-2010 - Ampliação da ETA de Prazins;
- P 01-2008 - Nova elevatória para o reservatório do Monte Cavalinho.

8-ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas/perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas de computador	Total
Quantia Escriturada Bruta Inicial	73.396	73.396
Amortizações Acumuladas	67.804	67.804
Quantia Escriturada Líquida Inicial	5.592	5.592
Adições	7.726	7.226
Diminuições	0,00	0,00
Amortizações ano	5.450	5.450
Alienações/abates	0,00	0,00
Amortizações alienações/abates	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00
Total das Diminuições	5.450	5.450
Quantia Escriturada Líquida Final	7.369	7.369

9. INVENTÁRIOS

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente, sendo o seguinte o valor desagregado da rubrica de inventários:

Descrição	31 de dezembro 2011	31 de dezembro de 2010
Matérias-primas e subsidiárias	739.343	761.512
TOTAL	739.343	761.512

É esperado que os inventários sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no ano de 2011 e de 2010, é demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31 De dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Existências iniciais	761.512	771.890
Compras	540.219	719.736
Regularização existências	524.114	681.703
Existências finais	739.343	761.512
Total	38.274	48.411

As regularizações de existências dizem respeito a saídas de armazém para conservação de rede equipamentos de trabalho e para colocação de contadores.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	7.726.668,00		7.726.668,00	5.827.035,00		5.827.035,00
Estado e Outros Entes Públicos	438.128,00		438.128,00	108.750,00		108.750,00
Dívidas de Clientes	2.905.351,00	669.693,00	2.235.658,00	2.710.279,00	441.643,00	2.268.636,00
Adiantamentos de fornecedores	26.553,00		26.553,00	27.659,00		27.659,00
Outras contas a receber	2.106.636,00		2.106.636,00	1.958.237,00		1.958.237,00
Ativos financeiros ao valor nominal menos imparidade	5.476.668,00	669.693,00	4.806.975,00	4.804.925,00	441.643,00	4.363.282,00
Ativos financeiros Totais	13.203.336,00	669.693,00	12.533.643,00	10.631.960,00	441.643,00	10.190.317,00
Dívidas a Fornecedores	3.676.351,00		3.676.351,00	1.049.484,00		1.049.484,00
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	214.821,00		214.821,00	244.688,00		244.688,00
Outras contas a pagar	4.253.609,00		4.253.609,00	4.362.338,00		4.362.338,00
Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais	8.144.781,00	0,00	8.144.781,00	5.656.510,00	0,00	5.656.510,00
Financiamentos obtidos	23.120.262,00		23.120.262,00	24.496.704,00		24.496.704,00
Passivos financeiros Totais	31.265.043,00	0,00	31.265.043,00	30.153.214,00	0,00	30.153.214,00

11. CLIENTES

A 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010, a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 De dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Clientes Conta Corrente	2.165.874	2.198.852
Clientes Cobrança Duvidosa	739.477	511.427
Imparidade de clientes	-669.693	-441.643
Total	2.235.658	2.268.636

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Revertidos no período	Desreconhecimento de dívidas em imparidade	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2011	441.643	255.320	0	27.270	669.693
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2010	304.498	137.145	0	0	441.643

O reconhecimento das perdas de imparidade decorreu de atrasos no pagamento, pese embora todos os esforços realizados no sentido de se obter a boa cobrança dos valores em dívida.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011		31-12-2010	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto sobre rendimento	122.119	0	108.750	
Imposto sobre acrescentado	301.931			40.639
Retenção na Fonte		18.548		18.298
Contribuições seg social/cga		40.899		35.899
Outras contribuições	14.078	155.374		149.852
TOTAL	438.128	214.821	108.750	244.688

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010, a rubrica de “Outras Contas a Receber” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
278101	Entidades financiadoras de Subsídios	323.468	0.00
278102	Devedores - Comp. de ramais	525.594	520.340
278103	Devedores – Acordos	1.098.716	1.302.928
278	Outros	158.858	134.969
Total		2.106.636	1.958.237

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPOSTADOS

A 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010, a rubrica de “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2011		31 de dezembro 2010	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	20.243.799	1.744.116	23.086.213	913.786
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	1.050.625	81.721	459.112	37.592
TOTAL	21.294.424	1.825.837	23.545.325	951.378

O valor referente ao empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de Junho de 2009, no montante de 25.200.000 euros, cujo vencimento será a Março de 2029. Decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415 euros.

O detalhe dos juros suportados é tal como segue:

Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Juros Suportados	1.383.990	1.226.948
Outros gastos	63.346	28.460
TOTAL	1.447.336	1.255.408

Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a um contrato de “Swaps” sobre a taxa de juro, celebrado com os bancos financiadores em Agosto de 2009.

15. FORNECEDORES

Descrição	31 de dezembro 2011		31 de dezembro 2010	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores conta-corrente	2.147.027	1.529.324		1.049.484
TOTAL	2.147.027	1.529.324		1.049.484

Dos montantes acima identificados o montante relativo à dívida não corrente refere-se às contrapartidas aos município de Guimarães e Vizela, conforme descrito no ponto 3.2.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010, a rubrica de “Outras Contas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
271	Fornecedores de investimentos	-161.101	-379.387
272	Devedores e credores por acréscimos	-2.415.005	-2.257.179
2782	Outros credores	-1.669.114	-1.708.199
278	Outras rubricas de outros credores	-8.389	-13.098
Total		-4.253.609	-4.357.863

17. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

17.1 Prestações Suplementares

A 31 de dezembro de 2011, o montante das prestações suplementares tinha o montante de 12.240.000 conforme decisão dos Municípios de Guimarães e Vizela em 2003:

Ano	Município Guimarães	Município Vizela	Total
2004	2.754.000,00	306.000,00	3.060.000,00
2005	2.754.000,00	306.000,00	3.060.000,00
2006	2.754.000,00	306.000,00	3.060.000,00
2007	2.754.000,00	306.000,00	3.060.000,00

17.2 Capital social realizado

A 31 de dezembro de 2011, o capital social da empresa, no valor de 500.000,00 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450.000	90,00%	447.500	89,50%
Município de Vizela	50.000	10,00%	50.000	10,00%
ECO-AVE			2.500	0,50%
	500.000		500.000	

17.3 Resultados Transitados

A 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

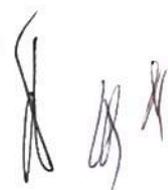
Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Resultados transitados	4.930.333	5.668.666
Ajustamento de transição	16.444	18.394
Ajustamento de transição impostos diferidos	-2.925	-4.874
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado	832.276	365.077
TOTAL	5.776.128	6.047.263

Devido aos prejuízos de anos anteriores, os resultados líquidos positivos dos últimos períodos têm de, primeiramente, cobrir prejuízos anteriores pelo que, não se encontram constituídas quaisquer reservas.

17.4 Outras variações de capital próprio

A 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ajustamentos por impostos diferidos	539.951	559.496
Subsídios-Comparticipação ramais	7.146.884	6.850.389
Subsídios-Comparticipação Entidades Financiadoras	16.553.474	17.195.538
Impostos Diferidos	-5.643.513	-6.069.736
Doações	8.021	0
TOTAL	18.604.817	18.535.687



No período em análise, a principal variação ocorrida na rubrica decorreu do movimento contabilístico de imputação a rendimentos do exercício pela quota-parte das depreciações dos ativos fixos tangíveis adquiridos em períodos anteriores, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do exercício numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados:

Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Subsídios - Participação Ramais	645.149	600.867
Subsídios - Empreitadas	963.237	948.303
TOTAL	1.608.386	1.549.170

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de ramais, nas quais a Vimágua utilizou meios próprios para as reparações e como tal, foram reconhecidos trabalhos para a própria empresa.

18. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 é conforme se segue:

Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Resultado líquido do período	1.026.642	917.938
Número de ações em circulação	500.000	500.000
Resultado por ação Básico	2,05	1,84

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foi o seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Resultado contábilístico do período (antes de impostos)	852.489	817.057
Imposto esperado à taxa nominal de 26,5%	225.910	216.520
Tributação autónoma	4.477	7.806
Prejuízos acumulados	986.467	602.936
Encargo de Imposto	4.477	7.806
Imposto diferido ativo	-178.631	-108.687
Imposto sobre o rendimento do período	4.477	7.806
taxa efetiva	0,53%	0,96%

No que diz respeito ao imposto diferido reconhecido na demonstração dos resultados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a sua decomposição é a seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Reversão de Prejuízos Fiscais	246.617	300.868
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis - Transição POC/SNC	975	975
Subsídios ao investimento	-426.223	-410.530
Total	-178.631	-108.687

IMPOSTOS DIFERIDOS		
DESCRIÇÃO	31-12-2011	31-12-2010
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		
Recuperação de prejuízos fiscais	539.951	559.496
Transição POC-SNC	2.925	3.900
Instrumentos de cobertura - Swaps	300.072	131.627
TOTAL	842.948	695.022
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		
Imputação de subsídios a capital próprio	5.643.513	6.069.736
TOTAL	5.643.513	6.069.736

20. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
711	Mercadorias	6.209	0
712	Produtos acabados e intermédios	6.475.167	6.320.161
721	Serviços de exploração Setor Saneamento	6.067.755	5.790.347
722	Serviços de exploração Setor Água	2.466.399	2.288.279
723	Outros serviços	21.301	24.488
725	Serviços secundários	92.606	112.182
Total		15.129.437	14.535.457

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos", nos períodos findos a 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
621	Subcontratos	3.631.554	3.014.201
6221	Trabalhos Especializados	758.662	823.316
6226	Conservação e reparação	702.743	814.551
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	104.579	111.482
623	Materiais	37.507	63.169
6241	Eletricidade	802.743	742.613
624	Outras rubricas de energia e fluidos	115.738	97.402
625	Deslocações estadas e transportes	2.382	2.191
6261	Rendas e alugueres-Contrapartidas	1.923.389	1.880.665
6262	Comunicação	304.734	298.078
626	Outras	109.419	122.315
Total		8.493.450	7.969.983

22. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
631	Remunerações órgãos sociais	46.136	61.672
632	Remunerações do Pessoal	2.176.947	2.134.029
633	Benefícios pós Emprego	6.386	11.010
635	Encargos Sobre Remunerações	345.134	323.353
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	36.832	32.731
638	Outros gastos com o pessoal	36.536	42.461
Total		2.647.971	2.605.256

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do ano de 2011, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 46.136,11 euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se a pensões, correspondente ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa geral de aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos.

O número médio de empregados ao longo do ano de 2011 e o número de empregados no final deste período foi de:

Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Número médio de empregados	155	155
Número médio de empregados no final do período	161	149

23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
782	Descontos de Pronto Pag. Obtidos	.72	11
787	Rend. e Ganhos em invest. Finan.	1.600	19
788	Outros	1.716.845	1.571.516
Total		1.718.446	1.571.546

A conta 788 inclui o montante de 963.237 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento, relacionados com empreitadas executadas, e o montante de 645.149 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios de ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes.

A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros de mora no montante de 28.799 euros e ainda indemnizações no montante de 45.433 euros.

24. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
681	Impostos	94.621	80.755
683	Dividas Incobráveis	110	13.361
687	Gastos e perdas Inve não .Financeiros	235	0
688	Outros	135.080	385.214
Total		230.046	479.330

A conta 688 inclui essencialmente correções relativas a exercícios anteriores (124.148,50 €), incluindo insuficiência de estimativa de imposto e pagamentos especiais por conta pagos no exercício de 2006 sobre os quais já não há direito de dedução.



25. DIVERGÊNCIA DE SALDOS COM A TRATAVE

Entre a Vimágua e a TRATAVE, empresa concessionária do Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave (SIDVA), existe um contrato de prestação de serviços para recolha e tratamento de águas residuais denominado “Contrato de Adesão e Ligação ao SIDVA”, o qual remete, designadamente em matéria tarifária, para o contrato de concessão assinado em setembro de 1998 com a Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), ainda em vigor.

É do domínio público, pelo que citamos neste particular a publicação do ERSAR, Relatório Anual do Setor de Águas e Resíduos em Portugal 2008 – Vol.01, onde se refere que: “A TRATAVE, concessionária intermunicipal criada em 1998, é responsável pela gestão do saneamento de águas residuais em alta dos municípios de Guimarães (...) e Vizela, igualmente abrangidos pela concessão multimunicipal da Águas do Ave, criada em 2002.”

Atualmente está em curso um processo de conciliação entre as partes com vista à resolução da situação criada. A Vimágua sempre entendeu estar a cumprir com o contrato celebrado com a TRATAVE.

Desde 2005 que a TRATAVE envia à Vimágua, além da fatura da prestação de serviços, contratualmente devida, uma fatura de acerto tarifário, com a informação de que resultará de uma imposição da entidade Águas do Ave, S.A., a qual tem sido sistematicamente devolvida e contestada com fundamento no facto de não ter qualquer sustentação legal e não cumprir com o contrato a que a Vimágua está vinculada. Apesar de não existir qualquer insistência de reenvio das faturas ou cobrança desses valores, presumindo-se concordância com os argumentos aduzidos, a TRATAVE mantém o procedimento, até que as questões relativas à “dupla concessão” sejam resolvidas, relevando contabilisticamente nas suas contas aqueles montantes.

Em 31 de dezembro de 2011, pela confrontação do extrato de conta-corrente da Vimágua com o da TRATAVE apuramos uma diferença, respeitante aos valores acumulados de acertos tarifários, 3.056.273 euros, os quais não podem, como resulta do exposto, serem aceites pela Vimágua, por não estarem enquadrados no contrato em vigor.

26. CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

26.1 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de dezembro de 2011 a Vimágua não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

26.2 GARANTIAS

Garantia prestada a favor da CCDR-N (Comissão de Coordenação e desenvolvimento regional do norte) no BPI:

Número	Valor
08305727	221.000

Garantias a favor do Instituto de Estradas de Portugal, EPE, na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015003405793	50.000
9015003842793	250.000
41 Garantias a 5.000 euros cada	205.000

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015007146793	1.000

27. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer do 1º semestre de 2011, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2011, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2012, nos prazos legais;
- d) Nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2011 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;

- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o ano de 2010 e o ano de 2011, foram respetivamente de 12.000 Euros e 12.000 Euros e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

28. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

29. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 26 de março de 2012

Técnica Oficial de Contas:

▪Eva Maria Ferreira Salgado



Direção Administrativa e Financeira:

▪Paula Alexandrina Coelho Fernandes



Conselho de Administração:

▪Armindo José Ferreira da Costa e
Silva



▪Alberto Fernando Lopes da Silva

Machado



▪Octávio Manuel Novais Pereira

dos Santos

